



REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO

Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd>

DOI: 10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i2.20255

Recebido em: 20/05/2025.

Aceito para publicação em: 05/12/2025.

Carlos Vinicius Antunes Rufini

Universidade Federal de São Carlos

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2435-0386>**Carlos Henrique Costa da Silva**

Universidade Federal de São Carlos

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2910-6602>

Alfabetização geográfica através da paisagem urbana na HQ “Mukanda Tiodora”, de Marcelo D’Salete.

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo construir uma intersecção da alfabetização geográfica e a história em quadrinho “Mukanda Tiodora”, do autor Marcelo D’Salete (2022), tendo como fio condutor as transformações urbanas da região central da cidade de São Paulo/SP, em especial, o Bairro da Liberdade. Por isso, é importante construir uma conexão entre o passado e presente desses espaços através da perspectiva das rugosidades, nesta condição, construindo uma abordagem em sala de aula a fim de problematizar como a história é contada e preservada nessa territorialidade, sendo o quadrinho a ferramenta didática.

Palavras-chave: história em quadrinho; alfabetização geográfica; territorialidade.

Geographical literacy through the urban landscape in the comic book “Mukanda Tiodora”, by Marcelo D’Salete.

Abstract:

This work aims to build an intersection between geographic literacy and the comic book “Mukanda Tiodora”, by Marcelo D’Salete (2022), having as a guiding thread the urban transformations of the central region of the city of São Paulo/SP, especially the Liberdade neighborhood. Therefore, it is important to build a connection between the past and present of these spaces through the perspective of roughness, in this condition, building an approach in the classroom in order to problematize how history is told and preserved in this territoriality, with the comic book as the didactic tool.

Keywords: comic book; geographic literacy; territoriality.





Alfabetização geográfica a través del paisaje urbano en el cómic “Mukanda Tiodora”, de Marcelo D’Salete.

Resumen:

Este trabajo pretende construir una intersección entre la alfabetización geográfica y el historietas “Mukanda Tiodora”, del autor Marcelo D’Salete (2022), teniendo como hilo conductor las transformaciones urbanas de la región central de la ciudad de São Paulo/SP, en particular, el Bairro da Liberdade. Por ello, es importante construir una conexión entre el pasado y el presente de estos espacios a través de la perspectiva de la rugosidad, en esta condición, construyendo un abordaje en el aula para problematizar cómo se cuenta y se preserva la historia en esta territorialidad, con la tira cómica como herramienta didáctica.

Palabras clave: historietas, alfabetización geográfica, territorialidade.

Introdução

Quando caminhamos pela região central da cidade de São Paulo, observamos o movimento de sua constante transformação, sendo influenciada pelos diferentes ciclos econômicos e pela chegada, partida e permanência de diferentes grupos étnicos. Podemos realizar essa leitura do passado e presente pela perspectiva das rugosidades, que segundo Santos (2012: 140) é o “passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”.

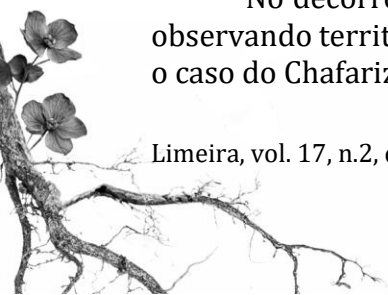
Selecionou-se a história em quadrinho “Mukanda Tiodora”, do autor Marcelo D’Salete (2022), como ferramenta que nos permite problematizar e visualizar o movimento das transformações na área central de São Paulo, pois sua narrativa gráfica se desenvolve no Bairro da Liberdade e arredores. Essa escolha parte da percepção compartilhada com Rodrigues (2019, p. 13), na qual “uma obra de ficção pode ser utilizada para realizar o estudo de determinadas práticas sociais localizadas em determinada classe social em um contexto espaço-tempo específico”.

Partindo da história em quadrinhos em conjunto de um processo de alfabetização geográfica, buscamos realizar uma leitura em uma perspectiva sobre as histórias das vivências negras que foram (re)xistem ao processo de transformação urbana, através da observação e contextualização dos cenários apresentados pelo autor, é possível realizar uma leitura crítica

Deste modo, a história contada por D’Salete na HQ “Mukanda Tiodora”, se desenrola em 1866, através de cartas escritas por Tiodora e que foram apreendidas pela polícia. Ela, escrava de linhagem centro-africana e do grupo étnico banto, registrou nestas cartas, fatos ocorridos durante as investigações contra o escravo e seu amigo, Claro, que fora acusado de roubar a casa do cônego José da Terra Pinheiro, proprietário de Tiodora.

Infelizmente, não existe a conclusão do inquérito aberto pela polícia, contudo, a história em quadrinhos reconstrói o cotidiano deles na cidade de São Paulo, em especial a região conhecida hoje como Bairro da Liberdade, buscando uma perspectiva de negros e negras escravizados e libertos, mostrando como os espaços de vivência e sociabilidade eram devidamente demarcados. Lélia González e Carlos Hasenbalg (1982), lembram que o racismo moldou as relações de poder e o desenvolvimento espacial das cidades, sendo um dos fatores responsáveis pela segregação geográfica e processo de apagamento da memória negra no espaço.

No decorrer do quadrinho, temos a oportunidade de mergulhar na São Paulo de 1866, observando territorialidade de convivência da população negra, seja escrava ou liberta, como é o caso do Chafariz da Misericórdia, Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Largo





da Forca, Capela dos Aflitos e a Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados. Dentro dessa construção, D'Salete (2022), combina espaços reais com histórias ficcionais, como é o caso do encontro de Luiz Gama e Ferreira de Menezes, sobre questões abolicionistas, contudo, essa conversa só acontece após um distanciamento do local do encontro, pois se tratava da fachada da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

É importante pensar como esses locais contam parte da história da população negra que chegou a São Paulo de maneira forçada, através do tráfico negreiro, tendo sua vida totalmente cerceada pelo trabalho escravo, apesar disso, conseguiu construir formas de resistência e lutar pela sua liberdade. Por isso, Nora (2012) lembra que esses espaços podem ser considerados lugares de memória que são, antes de tudo, restos. Desse modo, compreender essas passagens descritas na história em quadrinhos, é necessário um olhar atento e contextualizado com as transformações urbanas da cidade de São Paulo, pois, muitos prédios retratados com alguma importância para o cotidiano dos negros e negras não estão mais presentes na paisagem contemporânea.

Isto posto, é fundamental entender o contexto histórico da região central, especialmente o Bairro da Liberdade. Segundo Laís Guimarães (1979), até o final do século XIX, a região do Distrito Sul da Sé, o Bairro da Pólvora, era considerada um vazio, uma área periférica ao centro de São Paulo, mais desenvolvido, sendo composta por grandes chácaras e propriedades rurais que foram vítimas do loteamento e projetos de arruamento sem planejamento urbanístico para comportar a crescente população do centro. Somente em 1905, pela Lei nº 975, o Distrito Sul da Sé passa a ser Distrito da Liberdade.

Sendo apenas em 1905 a criação oficial do Distrito da Liberdade, a sua história começa muito antes. Um dos marcos histórico é a construção do Largo da Forca (atual Praça Liberdade África-Japão) em 1770, logo na sequência foi instalado nas proximidades o Cemitério dos Aflitos (ou dos Enforcados), junto à Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados e à Capela Nossa Senhora dos Aflitos, sendo essa inaugurada em 27 de junho de 1779, por Dom Frei Manoel da Ressurreição.

Um dos marcos da memória negra no bairro da Liberdade aconteceu em 1821, para tentar abafar um levante militar por melhores condições de trabalho e um soldo maior, o Governo Provisório da Província levou à forca dois membros negros da Força Pública, Joaquim José Cotindiba e Francisco José das Chagas (Chaguinhas). O primeiro morreu rápido, mas o segundo não. Foram feitas três tentativas até que foi executado pelo carrasco de outra forma. A população que assistia clamava por clemência e gritava: "Liberdade, Liberdade!". O povo, para consagrar-lhe martírio, erigiu uma capela com o nome de Santa Cruz dos Enforcados. Em lembrança ao Chaguinhas, manteve-se a prática de acender velas pelas almas do purgatório. Segundo D'Salete (2024), uma das hipóteses para o Largo da Forca ser renomeado para Largo da Liberdade.

Apesar desses destaques, não há no bairro nenhum outro marco ou monumento em homenagem a Chaguinhas, senão a Capela, assim como não há obras dedicadas a outras figuras pertencentes à história pregressa do bairro da Liberdade. Sendo apenas em 2022, através de um projeto do Departamento do Patrimônio Histórico do município, inaugurou-se cinco estátuas para homenagear personalidades negras importantes para a cidade de São Paulo. Na praça, até então chamada de "Liberdade-Japão", foi instalada na altura do solo a estátua de Madrinha Eunice, fundadora de uma das primeiras Escola de Samba, a Lavapés, no Bairro do Cambuci em 9 de fevereiro de 1937.

Diferente do que muitos pensam, a história dos japoneses no bairro não foi de total tranquilidade. A chegada aconteceu em 1912, atraídos pelos preços mais baixos dos aluguéis dos quartos nos porões das casas da região. Em 1915, foi inaugurada uma escola japonesa no bairro da Liberdade que atraía muitas famílias nipo-brasileiras a São Paulo para educarem seus filhos. (Fantin, 2015). Todavia, durante a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1942, com





decreto federal, os nipo-brasileiros foram ordenados a evacuar a Liberdade e só na década de 1950 começaram a retornar, desta vez morando principalmente na Rua Galvão Bueno.

O retorno dos japoneses para essa região da cidade de São Paulo, tem como marco a inauguração de duas instituições: o Cine Niterói¹ (1953-1968), como principal cinema e ponto de encontro e diversão dos japoneses e, possivelmente, das primeiras gerações de descendentes, e a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social (1955), mais conhecida como Bunkyo.

Havia um setor pequeno que atendia visitantes, embora não fosse um setor formal de turismo. Os cinemas atraíam audiências de maioria nikkei, mas também grupos de estudantes, artistas e intelectuais não-nikkeis que frequentavam os cinemas japoneses (Kishimoto, 2009). Porém, essa perspectiva muda após a visita do jornalista Randolph Marques de Lobato à Chinatown dos Estados Unidos, onde encontrou não apenas uma cultura que ele considerava charmosa e misteriosa, mas também uma oportunidade econômica impressionante para a sua cidade, São Paulo.

Através de suas colunas no jornal “Folha de S. Paulo” e sua influência na recém criada secretaria de Turismo, conseguiu uma autorização para “pegar o bairro da Liberdade e transformar numa espécie de Chinatown” (Lobato, 2022). Inclusive, com uma ligação direta do prefeito Paulo Maluf, que pediu para que Lobato ajudasse a Prefeitura a realizá-la como voluntário da cidade, não como funcionário público. É importante lembrar, que a Prefeitura se interessou pela ideia de um Bairro Oriental porque ligava-se às políticas econômicas e raciais da Ditadura Militar. O Bairro Oriental ajudou a Ditadura Militar não só economicamente, mas também politicamente por disseminar imagens de São Paulo de modo excepcional ao restante do Brasil.

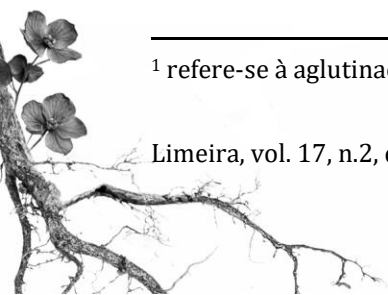
Desde o nascimento do Plano Oriental, em 1969, pelo jornalista Randolph Marques de Lobato, houve uma distinção entre a orientalização proposital que transformou a Liberdade, tanto em relação ao comércio quanto ao público, versus a orientalidade que surgiu naturalmente com o crescimento da colônia japonesa no bairro, transformando-o em um polo cultural. Ademais, a inspiração do Bairro Oriental não veio do Japão nem da comunidade nipo-brasileira, mas de um modelo comercial norte-americano.

O ‘Chinatown’ norte-americano, embora muito conhecido internacionalmente, é muito diferente de nosso ‘Bairro Oriental’. Vale ressaltar que esse local é tipicamente chinês, e não japonês. Depois, é bem antigo e não tão bem cuidado como o que estamos fazendo. Segundo Lobato (2022) o objetivo era transformar o Bairro da Liberdade em uma das grandes atrações turísticas e comerciais de todo o mundo.

A visão do Plano Oriental foi baseada mais no modelo ocidental do que em uma cidade asiática genuína e contemporânea, tendo enquanto maior preocupação participar ativamente do novo fenômeno de turismo através de um bairro étnico semelhante ao norte-americano. A conclusão deste projeto acontece junto com a inauguração da estação de metrô Liberdade, em 1975. Materializando assim, um espaço orientalizado, ligado principalmente à tradição japonesa, embora seja um falso tradicionalismo através da aplicação arquitetônica de elementos orientais.

Este projeto é “gerido e consumido como mercadorias” (Arantes, 2000: 26), sendo esse espaço cotidiano modelado pelas demandas e racionalidade empresarial. A cidade passa a ser vista como negócio, sendo operada para ser competitiva e atrativa a novos investimentos, ou seja, manipulada como uma mercadoria posta à venda no mercado. Gerando um movimento impetrado pelo poder público e pelo capital privado, na construção de um espaço esteticamente planejado na perspectiva de cultura que ele considerava charmosa e misteriosa, pensado

¹ refere-se à aglutinação dos nomes Nitto, um arcaísmo para o nome do Japão (hoje, Nippon), e “herói”.





prioritariamente na oportunidade de maior fluidez do capital turístico, até esse momento inexistente.

Vale ressaltar, que toda a proposta não foi desenvolvida seguindo os procedimentos tradicionais de uma instituição pública e democrática, afinal, foi desenvolvido durante a ditadura cívico-militar; onde a informalidade e a pessoalidade foram fatores de maior importância que a elaboração de projetos e documentos oficiais. Todavia, é de se pensar que trata-se de uma importante oportunidade de buscar revisionismo da história paulistana sem a presença de afro-brasileiros. A propaganda sutilmente distraía o público com duas camadas, turismo e o exótico, e permitia o esquecimento da população negra.

Essa tentativa de memoricídio da história negra de toda a região da Liberdade, não é um projeto recente. Mesmo com a falta de documentos que provem a intenção real, o Prefeito Prestes Maia, em 1943, colocando em prática o seu plano de Avenidas, ordenou a demolição da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios na Liberdade, que em sua história foi um local de encontro do movimento abolicionista e seria o primeiro museu dos escravizados do mundo. Como visto, o Bairro da Liberdade é um espaço marcado pelas suas rugosidades e a atuação de uma lógica mercadológica, na qual determina o que permanece e o que é esquecido.

Impetrado por órgãos e representantes do Estado a imposição da morte das memórias negras a partir do banimento da presença dessas pessoas na arte, filosofia, cultura, política, ciência e espaços urbanos é, não por outras razões, mas pelo próprio intento de extermínio das diferenças inferiorizadas, políticas do esquecimento (Pollak, 1989). Esse processo determinou quais histórias mereciam ser contadas ao mesmo tempo em que classificou aquelas que foram despedidas de crédito, de valor, de prestígio e, portanto, de direito de reprodução.

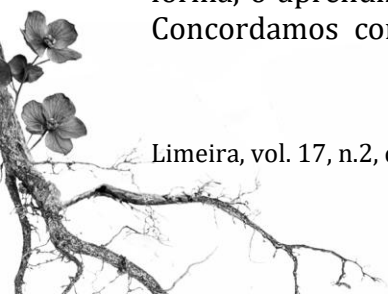
Podemos compreender o bairro como um espaço de multiterritorialidade, pois traz a “possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar através da ‘mobilidade concreta’, no sentido de deslocamento físico, quanto ‘virtual’, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico. [...] como no ciberespaço.” (Haesbaert, 2006, p. 344). Sendo constituída pela pluralidade de objetos espaciais, naturais ou construídos, gerando assim, uma identidade étnico-sociocultural (Lefebvre, 2002). Para compreender o território, deve-se, ainda, abordar a questão da identidade, do sentimento de pertencimento e do espaço vivido.

Por uma alfabetização geográfica

O Ensino de Geografia sempre se destacou por ser uma área que traz a possibilidade de reflexão sobre a inter-relação homem *versus* natureza, bem como compreender as consequências e transformações que o espaço sofre devido a ação natural e/ou antrópica. Ou seja, por sua multiplicidade e por discutir diversas áreas do conhecimento, a Geografia é uma ciência que tem como seu laboratório o Mundo, é dinâmica e viva, assim como as relações sociais que ela estuda.

Neste sentido, a disciplina de Geografia está inserida no ambiente escolar, com a pretensão de explicar o “mundo como ele é”, apoiado em livros didáticos e seus infundáveis exercícios, deixando pouco espaço para o debate, perguntas e principalmente o aluno como protagonista do processo de aprendizagem (Kaercher, 2004).

Memorização de informações, resumos de capítulos do livro didático e resolução de questões que são cópia e cola de trechos do livro didático no caderno, são algumas das observações de Giroto (2015) sobre a aplicação da geografia em sala de aula. Estas têm a urgente necessidade de mudanças em grande parte dos processos desenvolvidos ali e, desta forma, o aprendizado adquirido nas escolas, passará a ter uma significância para toda vida. Concordamos com Callai (1995) ao afirmar que a escola deve trabalhar na formação de





cidadãos que possam estar aptos às adversidades e complexidades impostas pelo século XXI, e por isso, repensar as relações de ensino-aprendizagem é essencial.

Quando abordamos a perspectiva da alfabetização geográfica, estamos pensando, segundo Castellar (2017), nos processos cognitivos que estão relacionados no desenvolvimento da inteligência espacial, porém, sem deixar de lado o questionamento do espaço. Sendo assim, buscamos que o estudante possa aprimorar as habilidades geográficas, as quais envolvem: observar, organizar informações, compreender, relacionar, interpretar, explicar e aplicar dados e conceitos para formular perguntas. Portanto, será capaz de sistematizar e questionar o conhecimento geográfico adquirido e a realidade no qual está inserido.

Logo, devemos buscar um processo formativo que permita uma consciência espacial, conforme Freire (2005, p. 9) enfatiza: “Não se pode falar de conscientizar como se este fato fosse simplesmente descarregar sobre os demais o peso de um saber descomprometido, para induzir a novas formas de alienação.”. Com frequência, observa-se que a leitura, a interpretação e o estudo do espaço, bem como dos conceitos e temas abordados nas aulas de Geografia, ocorrem sem que se problematizam as condições e os modos de vida subjacentes, tampouco os jogos de interesse que organizam e estruturam o espaço de forma ideológica. Essa estruturação se dá, por um lado, por meio de mecanismos vinculados à produção e, por outro, por movimentos que expressam as lutas de libertação do próprio ser humano.

Conforme Santos (1998) é a partir das contradições que se constrói um novo homem, cujo perfil é oposto ao desejado pelo capitalismo, dessa forma Lacoste (2006, p. 192) enfoca que “será preciso que esse saber pensar o espaço como saber ler cartas se difunde largamente, em razão das exigências da prática social, pois que os fenômenos relacionais (a curta e a longa distância) ocupam um lugar cada vez maior”

Na perspectiva da Alfabetização Geográfica, deve-se observar o território, região, Estado, país e cidade como espaços nos quais deve ser exercitada a arte do questionamento e da reflexão crítica, uma vez que são arenas políticas estruturadas e organizadas ideologicamente. Esses espaços constituem-se como locais de atuação de forças mobilizadoras que, muitas vezes, se contrapõem à ideia de uma cidade ativa — aquela que pressupõe a participação crítica e consciente dos sujeitos sociais.

O problema com a nossa civilização é que ela parou de se questionar. Nenhuma sociedade que esquece a arte de questionar ou deixa que essa arte caia em desuso pode esperar encontrar respostas para os problemas que a aflige - certamente não antes que seja tarde demais e quando as respostas, ainda que corretas, já se tornam irrelevantes (Bauman, 1999, p. 14).

Em função disso, entender o contexto histórico da história em quadrinhos através da lente da Alfabetização Geográfica permite um aprofundamento das complexidades da paisagem urbana retratada, todavia, é necessário um processo de contemporização das espacialidades para observar as transformações e contradições apresentadas com o tempo. Ocupando assim, um lugar de crítica e de construção de representações espaciais teoricamente fundamentadas e comprometidas com a realidade. Tais representações devem permitir que os estudantes desenvolvam a capacidade de propor soluções, a partir do exercício da indagação e da inconformidade diante do mundo que lhes é apresentado como dado e naturalizado.

Desse modo, é necessário pensar os espaços e territórios, como locais para praticar o questionamento, pois como afirma Nogueira e Carneiro (2013), os “são espaços políticos e ideologicamente estruturados e organizados como lugares de atuação de forças mobilizadoras contrárias à cidadania ativa-avessas à atuação crítica do sujeito.” (pág. 39). A história em quadrinho “Mukanda Tiodora”, é uma oportunidade de estimular discussões e desenvolver questionamentos que estão para além da história, partindo dos processos sócio-histórico-





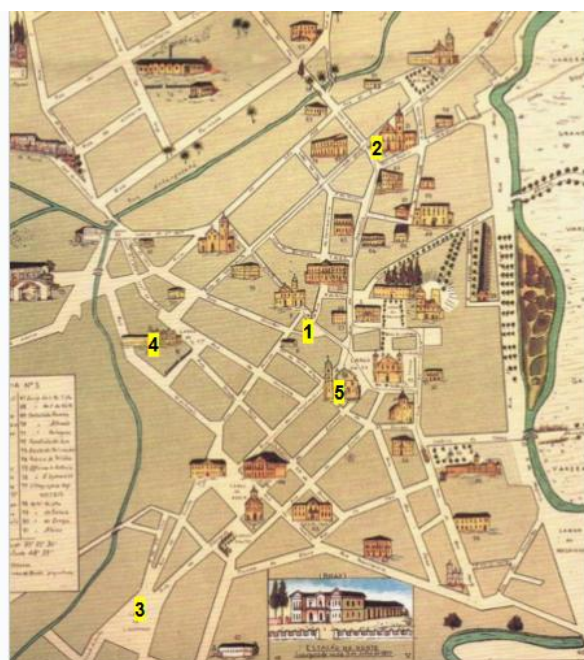
cultural para construir uma alfabetização geográfica conectada com a realidade e os interesses do estudante.

Uma leitura para além das páginas

A geografia prática em sala de aula, não deve apenas ler, interpretar o espaço, através dos conceitos e temas apresentados, mas através desses instrumentos, questionar as condições e o modo de vida apresentado, através dos interesses que estruturam o espaço. Por isso, a história em quadrinho “Mukanda Tiodora”, viabiliza a oportunidade de uma Educação Geográfica, com formação de uma consciência espacial, que possibilite ao sujeito em escolarização uma visão da totalidade-mundo, afirma Santos (2003).

Dentro das páginas do “Mukanda Tiodora”, observamos uma São Paulo que é difícil de conhecer através do olhar de 2024, pois, inúmeros espaços ali retratados abriram espaços para o dito “progresso” ou foram simplesmente apagados da história. Por isso, é necessário descortinar as camadas do presente para compreender o passado, através do olhar geográfico sobre a paisagem urbana construída por D’Salete (2022). No final da HQ temos a reprodução da planta do centro antigo da cidade de São Paulo de 1877, elaborada por Afonso Antonio de Freitas, possibilitando uma compreensão espacial dos principais espaços de vivência e poder naquela época, contudo, selecionamos sete espaços que aparecem no decorrer na narrativa que estão inseridos no cotidiano da população negra no final do século XIX.

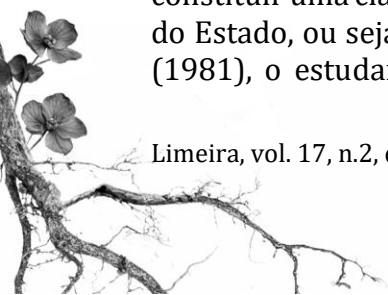
Figura 1 - Territorialidades Negras na HQ



- 1- Chafariz da Misericórdia
- 2- Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos
- 3- Largo da Força
- Capela dos Aflitos
- Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados
- 4- Faculdade de Direito do Largo São Francisco
- 5- Igreja Matriz da Sé

Fonte: D’Salete (2022).

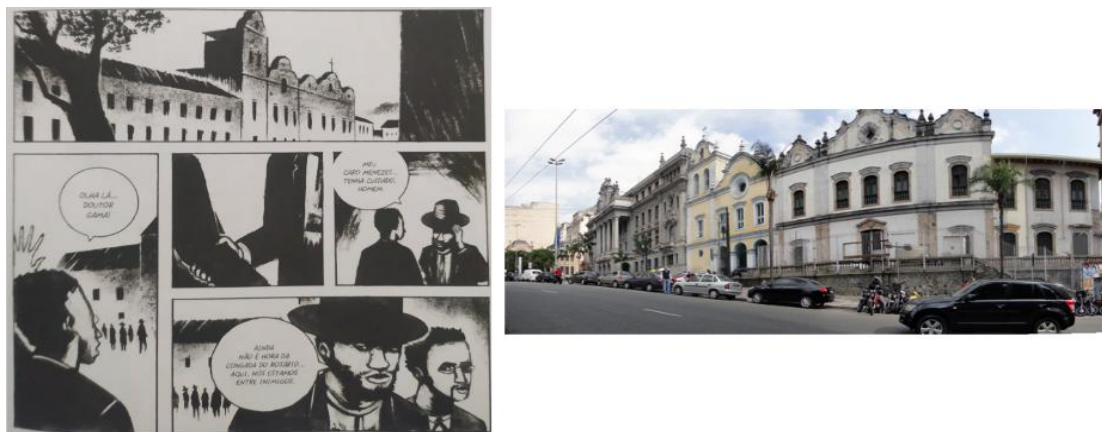
Logo no início do segundo capítulo, podemos observar a presença da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, criada em 11 de agosto de 1827, tinha como objetivo constituir uma classe dirigente do país, responsável pela administração e pela condução política do Estado, ou seja, era um espaço de formação para além do fazer jurídico. Segundo Carvalho (1981), os estudantes da Província de São Paulo não eram, em sua totalidade, contrários à





escravidão. Tampouco se pode afirmar que a formação acadêmica os levava, de forma sistemática, à condenação do trabalho braçal exercido por negros ou à disseminação generalizada dessa repulsa. Ao contrário, embora houvesse um movimento estudantil significativo em prol da causa abolicionista, o pensamento escravocrata persistia e se manifestava de maneira expressiva tanto nos setores mais conservadores da sociedade quanto no próprio ambiente acadêmico.

Figura 2 - Faculdade de Direito do Largo São Francisco



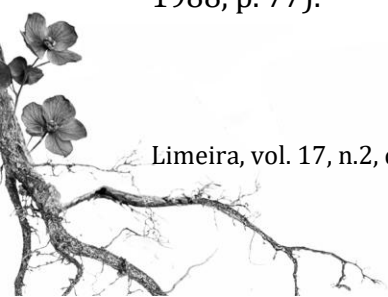
Fonte: D'Saete (2022).

Partindo para além da fachada da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, o quadrinho permite uma contextualização sobre a formação acadêmica de Luiz Gama, que só foi possível graças à proximidade com seu amigo e mentor, Furtado de Mendonça — professor e bibliotecário-chefe da Faculdade de Direito —, foi decisiva para o aprimoramento de Luiz Gama no campo jurídico. Contudo, por não ter cursado formalmente a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, Gama foi reconhecido como advogado rábula, título conferido àqueles que, embora sem formação acadêmica em Direito, demonstravam domínio comprovado na área jurídica e, por isso, recebiam autorização especial para o exercício da advocacia. A partir de então, Luiz Gama passou a utilizar a imprensa e a tribuna como instrumentos privilegiados para a defesa de seus ideais. Atuava na advocacia com exclusividade em favor da causa abolicionista, dedicando-se integralmente à libertação da numerosa população negra ainda submetida à escravidão.

A importância da alfabetização geográfica para a leitura do quadrinho, é compreender que nenhum quadro foi desenhado sem uma intencionalidade. Quando D'Saete (2022) reproduz um pedaço da antiga Igreja Matriz da Sé e o Chafariz da Misericórdia, ele busca reconhecer um dos mais conhecidos mestres de obras da segunda metade do século XVIII, Joaquim Pinto de Oliveira, o Thebas, nascido em Santos/SP em 1721, filho de escravos do português Bento de Oliveira Lima, importante construtor que ensinou o ofício de pedreiro.

A primeira grande obra em que Thebas atuou foi a construção da torre da antiga Igreja da Sé. Até o ano de 1750, o templo não possuía torre, e a realização de uma edificação em altura, com o domínio técnico necessário para manipular pedra lavrada, constituía uma tarefa sem precedentes na cidade à época. No entanto, Thebas demonstrou notável habilidade ao concretizar tal empreendimento, cuja conclusão se deu em 1755. Sua fama começou a se espalhar pelas ruas: “o que contribuiu para a fama de Thebas foi a sua capacidade de trabalhar em construções altas. Só ele sabia fazer as torres das Igrejas de São Paulo na época”. (Lemos: 1988, p. 77).

Figura 3 - Igreja Matriz da Sé

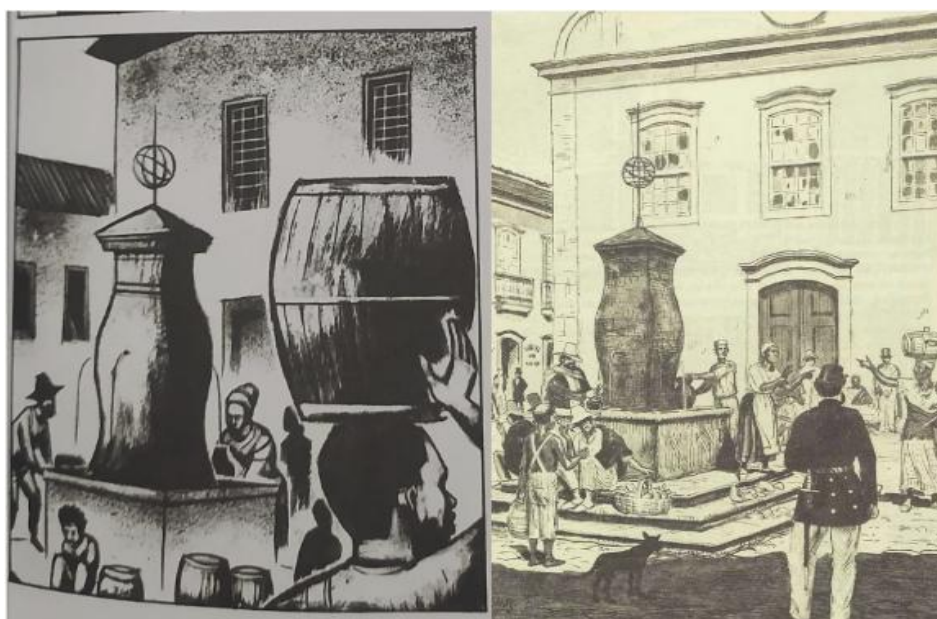




Fonte: D'Salete (2022).

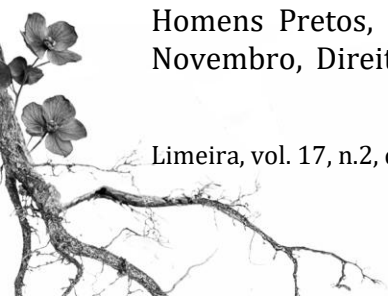
Tendo já adquirido certo renome e fama, Thebas foi chamado pessoalmente para construir o primeiro chafariz público da cidade, em 1791, conhecido como "Chafariz da Misericórdia". Segundo Lemos (1988), trata-se do primeiro sistema de abastecimento de água pública de São Paulo, no qual usava a gravidade das nascentes do Caaguassú, no atual bairro do Paraíso, por meio de tubos produzidos com papelão betumado até as quatro bocas do chafariz. Para além da água, consistia em um importante local de sociabilidade dos escravos e escravas durante o período de coleta de água.

Figura 4 - Chafariz da Misericórdia



Fonte: D'Salete (2022)

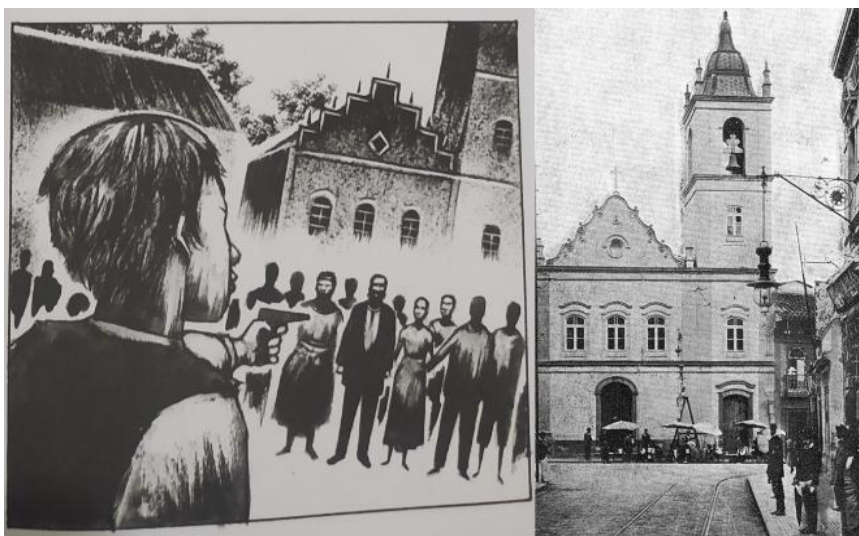
Também é possível observar no decorrer dos quadrinhos os festejos organizados pelas Irmandades dos Homens Pretos, sendo realizada na antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, situada no antigo Largo do Rosário - no entroncamento das ruas 15 de Novembro, Direita e São Bento - não abrigava apenas a igreja, mas também uma parcela





significativa da comunidade negra, que, ao longo de décadas, residia nas imediações em pequenas moradias e cortiços (Rolnik, 1996). Contudo, com a transição do século XIX para o XX e o avanço do processo de urbanização, impulsionado pela ideologia da modernização, o poder público passou a enxergar essa região como espaço privilegiado, destinado a outras camadas sociais e a instituições distintas daquelas associadas à presença da igreja e da população negra que tradicionalmente ali se estabelecia. Atualmente esse espaço é a Praça Antonio Prado, que abriga a Bolsa de Valores do Brasil (B3).

Figura 5 - Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos



Fonte: D'Saete (2022).

Assim sendo, a leitura geográfica do quadrinho possibilita uma discussão sobre o processo de desterritorialização da população negra, transformando os espaços sociais nas cidades brasileiras como um reflexo da colonialidade, reproduzindo assim, o permanente pensamento e poder colonial. Segundo Souza (2012), esses processos resultaram em um apagamento profundo das memórias e identidades negras nos contextos urbanos, promovendo a exclusão quase absoluta da presença afro-brasileira de determinados territórios geográficos.

A Capela dos Aflitos é retrata em conjunto com o enforcamento de um escravo realizado no Largo da Força em frente da Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados, espaços que estão conectados a história negra no bairro da Liberdade, que hoje é tido como o maior reduto asiático, especialmente de japoneses, constituindo-se na Japantown brasileira.

Figura 6 - Largo da Força e Capela dos Aflitos





Fonte: D'Saete (2022).

A Capela dos Aflitos, segundo Pontes (2003), foi construída em 1779, para que as pessoas, em especial negros, aguardassem a presos nas paredes e com guardas à porta o momento do seu enforcamento, por isso, a localidade passou a ser conhecida como Beco dos Aflitos. Após serem executados, os condenados eram sepultados no terreno que circundava a pequena capela, local que servia como espaço de sepultamento destinado àqueles considerados marginalizados pela sociedade da época, sendo assim, o Cemitério dos Aflitos, criado em 1775, é o primeiro cemitério fora de uma igreja da cidade de São Paulo.

Considerações finais

A leitura da história em quadrinho “Mukanda Tiodora” através de uma perspectiva da alfabetização geográfica permite uma visão de totalidade-mundo, onde os acontecimentos históricos e sociais, do passado e presente, podem ser conectados pelas rugosidades do espaço, inclusive, contando a narrativas daqueles que foram silenciados pelo apagamento dos espaços de vivência.

Contudo, realizar essa leitura requer um processo de compreensão de diferentes camadas, para isso, é necessário que o professor e o estudante possam desenvolver uma consciência do processo sócio-histórico-cultural, partindo do saber-pensar o espaço como geograficidade.

Nessa perspectiva, a conscientização é um fenômeno sócio-histórico que requer dos indivíduos a assunção de seu papel como sujeitos históricos, capazes de fazer e refazer o mundo em que vivem. Partindo de uma consciência ingênua e espontânea para uma consciência crítica, permitindo que “des-vela” o mundo, configura-se como um movimento contínuo de ação e reflexão — um ato transformador que possibilita não apenas a compreensão, mas também a transformação da realidade.

Por fim, questionar esse mundo que é apresentado, em especial das territorialidades negras, permite libertar a pessoa negra do silêncio, do esquecimento, da morte simbólica e concreta também liberta a pessoa branca (Fanon, 2008). Lutando contra um projeto colonial muito bem consistente e altamente eficiente, para que a memória de todos que construíram esse País possa ser ouvida e respeitada.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.





CALLAI, H. C. A formação do professor de geografia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38032>. Acesso em: 27 dez. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. v. 4, p. 177-183.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Educação geográfica e pensamento espacial: conceitos e representações. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, ed. especial, p. 160-178, 2017. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/4779/2427>. Acesso em: 24 jun. 2020.

D'SALETE, Marcelo. **Mukanda Tiodora**. São Paulo: Veneta, 2022.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANTIN, Jader Tadeu. Do interior para os porões, dos porões para as fachadas: os japoneses no bairro da Liberdade em São Paulo. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 9, n. 20, p. 72-95, 2015.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

GIROTTTO, E. D. Formando leitores do mundo: algumas considerações sobre o ensino de geografia no mundo contemporâneo. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 5, n. 2, 2015. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/233>. Acesso em: 27 dez. 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GUIMARÃES, L. B. M. **História dos bairros de São Paulo: Liberdade**. São Paulo: [s. n.], 1968.

HAESBAERT, Rogério. A desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

KAERCHER, N. A. Quando a geografia crítica pode ser um pastel de vento. **Mercator**, Fortaleza, v. 3, n. 6, nov. 2004. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/126>. Acesso em: 27 dez. 2020.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 2006.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

LEMOS, Carlos. Organização urbana e arquitetura em São Paulo dos tempos coloniais. In: PORTA, Paula (org.). **História da cidade de São Paulo: a cidade colonial 1554-1822**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 145-177.

LOBATO, Randolpho Marques. **Entrevista com Randolpho Marques Lobato**. Entrevistadora: Lianne Sturgeon. São Paulo: 15 jul. 2022. Gravação (Entrevista concedida à Universidade Federal de São Paulo).





NOGUEIRA, V.; CARNEIRO, S. M. M. **Educação Geográfica e formação da consciência Espacial-Cidadã**. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, n. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PONTES, J. A. V. **São Paulo de Piratininga**: de pouso à metrópole. São Paulo: Terceiro Milênio, 2003.

RODRIGUES, Glauco Bruce. Geografia Histórica - Notas sobre a metodologia. **Terra Brasilis**, [S. l.], n. 12, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/4578>. DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.4578>.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Fapesp, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. A urbanização e a cidade corporativas. In: SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 99-115.

_____. **O espaço do cidadão**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, Juliana de. Afrodescendência: identidade desvelada na memória. In: SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE, 3., 2012, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 2012. p. 1-15. Disponível em: https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/SOUZA_JULIANA_DE.pdf.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

